

## Anotações sobre o Plano e Projeto em Favelas

### Notes on the Plan and Design in Slums

### Notas sobre el Plan y el Proyecto en Barriadas

*Pedro da Luz Moreira, Doutor em Urbanismo,  
Professor Adjunto Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF.  
E-mail: pedroluz@id.uff.br*

#### Resumo

O presente artigo aborda as complexas relações entre a sistematização científica e acadêmica e a epistemologia do plano e do projeto nas áreas em que existe precariedade de instalações de infraestrutura, como favelas e loteamentos irregulares nas cidades do Brasil, nas áreas sem previsibilidade das nossas cidades. Apoiar-se na ideia de que as ações de plano e projeto demandam uma interação entre a subjetividade e objetividade que precisam ser contempladas no discurso científico das academias. A redução do processo de plano e projeto a um procedimento burocrático, que bloqueia a expressão auto biográfica, não apenas do projetista, mas dos seus interlocutores, leva a uma desvinculação entre conhecimento e interesse. Esse vínculo é o próprio motor da pré-figuração do plano e do projeto, no qual o nivelamento entre projetista e demandante (cliente) gera uma prática incerta e contingente, em que o esclarecimento compartilhado mira a inclusão de todos. Essa compreensão do plano-projeto como a crítica operativa do real, no qual as vertentes da operação se adequam a uma atitude comprometida com a mudança. O texto percorre sete pontos, que devem ser considerados pelo processo de plano-projeto. Em primeiro lugar, a delimitação correta do campo da Arquitetura e do Urbanismo por meio dessas ações. Em segundo lugar, a delimitação e identificação do demandante. Em terceiro, a questão do espaço, como dimensão especular da sociedade. Em quarto, o particular e o cosmopolita na epistemia do plano-projeto. Em quinto, o neoliberalismo, como ideologia hegemônica do contemporâneo. Em sexto, o local e o global. E, por último, o distanciamento apolíneo das Academias. Ao final, o artigo oferece uma dimensão apenas reflexiva, distanciando-se de uma conclusão

dogmática, mas investindo na afirmação da processualidade. Por fim, pretende-se apontar um plano-projeto contra hegemônico, que mude a inércia de desenvolvimento das cidades brasileiras nas quais historicamente apenas uma minoria foi contemplada com as efetivas infraestruturas urbanas.

**Palavras-chave:** Plano; Projeto; Favela; Teoria do Projeto; Neoliberalismo.

### Abstract

The following text addresses the complex relationships between scientific and academic systematization and the epistemology of the plan and the project, in areas where there is precarious infrastructure facilities, such as slums and irregular subdivisions in Brazilian cities, in areas without predictability in our cities. It is supported by the idea that the actions of the plan and project demand an interaction between subjectivity and objectivity, which need to be considered in the scientific discourse of the academies. The reduction of the plan and project process to a bureaucratic procedure, which blocks the autobiographical expression, not only of the designer, but of his interlocutors, leads to a disconnect between knowledge and interest. This link is the very engine of the prefiguration of the plan and project, in which the leveling between designer and clients generates an uncertain and contingent practice, in which shared clarification aims at the inclusion of all. This understanding of the project plan as the operational critique of the real, in which the aspects of the operation are adapted to an attitude committed to change. The text goes through seven points, which must be considered by the project-plan process. First, the correct delimitation of the field of architecture and urbanism, through the actions of planning and design. Second, the client's limitation. Third, the issue of space, as a specular dimension of society. Fourth, the private and the cosmopolitan in the epistem of the project plan. Fifth, neoliberalism, as the contemporary hegemonic ideology. Sixth, the local and the global. And, finally, the Apollonian distance from the Academies. In the end, the text offers only a reflexive dimension, distancing itself from a dogmatic conclusion, but investing in the affirmation of procedurality. Finally, it is intended to point out a project plan against hegemony, which changes the development inertia of Brazilian cities in which historically only a minority has been contemplated with the effective urban infrastructure.

**Keywords:** Plan; Design; Slums; Theory of Design; Neoliberalism.

### Resumen

El siguiente texto aborda las complejas relaciones entre la sistematización científica y académica y la epistemología del plan y proyecto, en áreas donde existen precarias instalaciones de infraestructura, como tugurios y subdivisiones irregulares en ciudades brasileñas, en áreas sin previsibilidad en nuestras ciudades. Se sustenta en la idea de que las acciones del plan y el proyecto exigen una interacción entre subjetividad y objetividad, lo cual debe ser considerado en el discurso científico de las academias. La reducción del proceso de plan y proyecto a un trámite burocrático, que bloquea la expresión autobiográfica, no solo del diseñador, sino de sus interlocutores, conduce a una desconexión entre conocimiento e interés. Este vínculo es el motor mismo de la prefiguración del plano y el proyecto, en el que la nivelación entre diseñador y demandante (cliente) genera una práctica incierta y contingente, en la que el esclarecimiento compartido apunta a la inclusión de todos. Esta comprensión del plan del proyecto como la crítica operativa de lo real, en la que los aspectos de la operación se adaptan a una actitud comprometida con el cambio. El texto pasa por siete puntos,

que deben ser considerados por el proceso del plan del proyecto. Primero, la correcta delimitación del campo de la arquitectura y el urbanismo, a través de las acciones de planificación y diseño. En segundo lugar, la limitación del solicitante. En tercer lugar, la cuestión del espacio, como dimensión especular de la sociedad. Cuarto, lo privado y lo cosmopolita en el epistema del plan del proyecto. Quinto, el neoliberalismo, como ideología hegemónica contemporánea. En sexto lugar, lo local y lo global. Y, finalmente, la distancia apolínea de las Academias. Al final, el texto ofrece sólo una dimensión reflexiva, distanciándose de una conclusión dogmática, pero invirtiendo en la afirmación de la procedimentalidad. Finalmente, se pretende señalar un plan de proyecto contra la hegemonía, que cambia la inercia del desarrollo de las ciudades brasileñas en las que históricamente solo una minoría se ha contemplado con la infraestructura urbana efectiva.

**Palabras clave:** Plan; Proyecto; Barriadas; Teorya del Proyecto; Neoliberalismo.

## INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado, parte da premissa de que as escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil ainda não formularam uma reflexão importante sobre as ações de plano e projeto, no campo das operações de urbanização de favelas, ou assentamentos populares, seja na conformação do espaço da cidade (urbanismo) ou da moradia (arquitetura). Essa constatação deve-se a participação recorrente em bancas de Trabalho Final de Graduação (TFG), nas dissertações de mestrado ou em teses de doutorado, em diferentes faculdades e programas de pós-graduação em instituições dedicadas ao ensino de Arquitetura e Urbanismo na cidade do Rio de Janeiro (RJ). De uma maneira geral, os trabalhos e as reflexões abordam o método, a adequação ou inadequação das propostas, a qualidade da participação, a sustentabilidade ou resiliência das propostas, o volume de recursos empregados, os processos pós-obra, entre outros. No entanto, nenhuma delas problematiza a especificidade e complexidade das ações de plano e projeto. Especificidade e complexidade, que estão no cerne da compreensão social, do que significa planejar e projetar, em áreas onde o desígnio premeditado – plano ou projeto – é muito restrito, inconsciente e ausente.<sup>1</sup>

O fenômeno do plano e do projeto, enquanto antecipação das ações, que serão materializadas em obras, desde suas hipóteses iniciais até a eleição e consagração das intervenções, é um campo um pouco impermeabilizado pela academia em geral, no campo da Arquitetura e Urbanismo. Na verdade, plano e projeto são encarados como atividades empíricas nas quais os alunos, sejam de graduação ou de pós-graduação, são instados a experimentar diferentes temas e problemas, gerando pouca reflexão. Aqui, não nos restringimos aos processos de ensino-aprendizado, às experiências dos *ateliers* de plano-projeto, mas à compreensão socialmente compartilhada mais ampla da previsibilidade inerentes a essas ações. A ausência dessa reflexão deve-se ao caráter inerentemente subjetivo da processualidade do plano-projeto, em que a resposta às demandas objetivas é sintetizada de forma sensível-arbitrária e não exclusiva. Isto é, onde há uma carga sutil de crítica e operatividade, que não excluem adequação e arbitrariedade, que se somam num particularismo genérico, capaz de se materializar numa hipótese que convence diferenciados interlocutores. Paradoxalmente, a teoria do plano e do projeto, em sua genealogia é um campo pouco enfrentado pelas escolas de Arquitetura e Urbanismo, qualificadas como experiências em que a presença da subjetividade de cada agente ou conjunto de agentes não pode ser avaliada pela objetividade da ciência ou dos ritos de passagem acadêmicos.

Essa situação reflete na práxis geral da sociedade, que acaba não entendendo a importância da previsibilidade como um valor que deveria ser estendido a todos e não acessível apenas a uma minoria privilegiada. A hipótese aqui é como os limites do próprio campo não se apresentam delimitados pela própria academia

1 A questão da complexidade me parece central no fenômeno do plano e do projeto. MORIN (2000) menciona que o complexo é uma trama tecida por vários agentes e atores, o que é uma analogia potente com o plano e projeto. Nesse texto, apesar das claras distinções entre plano e projeto, elas não são aqui consideradas, pois o que miramos é o objetivo e a transformação sonhada por esses instrumentos.

ou pelo pensamento erudito, fazendo a compreensão social do arquiteto e urbanista ser incompreendida e confusa. Determinando a naturalização de situações espaciais e urbanidades desequilibradas em nossas cidades, que só podem ser compreendidas a partir da pretensão de extensão dessa previsibilidade para todos, mudando a inércia do plano-projeto em nossa sociedade. Nessa visão, as cidades no Brasil e as favelas ou precariedades são vistas como inseparáveis, modernidade e arcaísmo se exploram mutuamente, produzindo o desenvolvimento periférico e subalterno característico. Um lugar no mundo em que a produção da imagem moderna da nova capital, Brasília, se apropria do arcaísmo dos seus canteiros de obra, colocando de forma recorrente esse produtor anônimo nas periferias sem infraestruturas, negando o compartilhamento do desenvolvimento.<sup>2</sup>

---

2 Autores como Ferro, 1979, Santos, 1988, e Lefécre, 2019, abordam a simbiose entre precariado e desenvolvimento, arcaísmo e modernidade no Brasil em diferenciados contextos



Figura 1: Planta da favela de parque Royal selecionada para a Exposição favela Up grading, na Bienal de Veneza de 2002, no Pavilhão do Brasil.

Aqui, cumpre destacar que planejar e projetar são entendidos como uma forma de conhecimento do real, uma forma específica de interação entre sujeito e objeto, que se baseia no contexto existente, nos recursos disponíveis, nas especificidades culturais e locais, mas que investe fortemente no dever-ser, nas possibilidades de reconfiguração do real para uma nova configuração. Desde tempos imemoriais a filosofia se dedica à Teoria do Conhecer ou do Conhecimento, que ao final envolve uma capacidade de descrição do real. Como podemos nos apropriar do que existe, vê-lo de forma precisa e convincente, descrevê-lo de forma aceitável e convincente, que na contemporaneidade corresponderia ao que denominamos; narrativas, lugares de fala, discursos. Platão 2019, a partir da Alegoria da Caverna, que está no livro VII da República, e sucede A analogia do sol e A analogia da linha dividida e descreve o processo de desvelamento do real, como uma sucessão de aproximações a partir de diferentes fontes de iluminação. Primeiro a fogueira no interior da caverna e depois o sol no

ambiente aberto e natural constroem uma sucessão de compreensões, que vão ao final desvendar o objeto do conhecimento. As perguntas; o que é exatamente conhecer? O que me autoriza a afirmar que realmente conheço um assunto? Quem me garante que o que sei, ou acho que sei, corresponde ao real? Por exemplo, coisas banais como uma cadeira podem ser conhecidas pela experiência ou pela empiria; sua cor, a maciez do assento, sua solidez, seu espaldar, sua materialidade de madeira, ou ferro, ou plástico, seu desenho, e sua estrutura, precisamos conhecer além da mera experiência. Para ir além da empiria, precisamos trilhar caminhos que nos exigem mais abstração teórica; como ela se relaciona com outras cadeiras, sua concepção, seu estilo, sua técnica produtiva, qual sua conexão com o tempo que a concebeu, entre outros. Esses desdobramentos das questões sensitivas imediatas, empíricas, até as abstrações teóricas, conectadas entre si, conformando todas uma experiência do conhecer, que sempre pode incorrer em equívocos de interpretação. Esses últimos, parecem mais fáceis de serem reconhecidos no momento inseguro do início da apreensão, mas se tornam mais difíceis de serem identificados, depois que a argumentação do conhecimento é construída, e colocada em pé pelo sujeito, inevitavelmente parcial. Onde se somam a empiria e os estudos teóricos, os fenômenos e as abstrações, havendo sempre a presença da subjetividade, que articula experiência e teoria a partir da particularidade da sua linguagem. Há sempre riscos de descaminhos, por isso um dos campos mais importantes da reflexão filosófica se materializou na Teoria do Conhecer ou do Conhecimento, que desvenda não apenas o objeto, mas também o sujeito. Certamente, o argumento mais convincente dessa construção venha exatamente do termo em grego para designar a ideia de verdade, "alétheia". Onde "a" é um prefixo que indica a negação, e "létheia" é ocultação, latência ou esquecimento. Na verdade, "létheia" é também da mesma raiz latina de "latere", que nós conservamos no português em "latente", como sinônimo de "oculto", principalmente no campo da psicologia.

A verdade, ou o conhecimento seria, portanto, um processo de desvelamento ou desocultação do real que só pode ser efetuado pela manipulação da linguagem, como ideia de articulação de conceitos e sensações. Dentro desse campo do conhecimento emerge o fenômeno do planejar e do projetar, como atividades que pretendem ir além da descrição do contexto, mas que a partir dele imaginam possibilidades de transformação e nova configuração do habitar e da existência. Importante salientar também, que esse processo muitas vezes não é personalizado num único sujeito, mas pode envolver a intersubjetividade coletiva da construção de argumentos de forma compartilhada.

Tal situação, que envolve todos os temas de plano e projeto se encontra ainda mais obstaculizada no campo das intervenções de cunho social em áreas precárias como favelas e loteamentos irregulares. Nessas áreas, há uma tendência à absolutização do discurso sociológico, que paradoxalmente bloqueia uma interação fundamental em qualquer plano e projeto, que é a interação igual e horizontalizada entre cliente e arquiteto. Um certo culturalismo simplificador que bloqueia a interação comunicativa horizontal deshierarquizada entre usuário e projetista, seja pela excessiva erudição ou pela paternalização sociologizante. Essa simplificação, da premissa da participação acaba gestando um pré-conceito às avessas, no qual o

acesso à arquitetura e ao urbanismo, considerados, aqui, como bens de conhecimento da humanidade, não podem ser fornecidos, pois as práticas e a cultura popular e precarizadas, com a qual o projetista agora dialoga, é de outra natureza, daquela em que foi treinado. Um embate simplificador e redutor entre a erudição e o popular, como se as duas esferas não se comunicassem, se retroalimentando de forma constante e enriquecedora. A premissa fundamental, e de certa forma potencializadora de qualquer fenômeno de plano ou projeto, envolve o simples fato e cristalino do inusitado do processo a cada vez que se inicia. Ao final, uma constatação simples e objetiva precisa ser considerada, todo plano ou projeto, ao se iniciar não está pré-determinado ou pronto na prateleira, mas levará projetista e usuário a esclarecer suas próprias possibilidades num processo de auto formação, no qual, no início, nenhum dos agentes sabe aonde chegará. Essa premissa é o próprio cerne da fenomenologia do plano e do projeto que, principalmente na transformação de realidades urbanas precárias e fragilizadas, precisa ser considerada e contemplada, a fim de tentar promover a integração com o restante do tecido urbano e social, em que a obra irá anunciar, mas que apenas o tempo e a dissipação de estigmas arraigados conseguirão dissipar. Como processo de conhecimento, planejar e projetar envolvem uma dinâmica de auto-desvelamento ou desocultação, que pressupõe um complexo processo de persuasão e convencimento mútuo, entre usuário e projetista.

Aqui, percebe-se que a conceituação do plano e do projeto utilizada é a da *crítica operativa do real*, isto é, muito além da mera resolução de problemas, o que se busca é a própria elucidação e conscientização dos problemas e potencialidades atuais, que impulsionam e justificam uma mudança. É preciso passar a reconhecer que o raciocínio do plano e do projeto muito mais que analítico e descritivo de uma situação existente é prospectivo e investe fortemente no futuro e no vir-a-ser. Numa analogia banal com as ciências naturais e médicas, o plano e projeto não se restringem ao diagnóstico, mas formulam, investem e se arriscam num prognóstico como seu objetivo final. A dinâmica metodológica estabelecida e comportada indica que, para o prognóstico, devemos ter um diagnóstico da atual situação, no entanto, essas duas fases e etapas estão indissociavelmente imbricadas e misturadas. A expectativa que essa condição gera carrega usuários e projetista a uma outra disponibilidade mútua de pesquisa e de experimentação que, ao final, envolve um campo específico do saber e do pensamento: o da formulação, que é a própria limitação epistemológica do campo da Arquitetura e Urbanismo.

A partir desse momento, a reflexão aqui desenvolvida tenta apresentar quais seriam os pontos mais importantes para enfrentamento dessa carência de ausência de reflexão sobre o fenômeno do plano e do projeto como atividades centrais do campo da Arquitetura e do Urbanismo. Essa condição deve ser sintetizada em sete pontos concisos que são apresentados aqui como posições centrais para conformação de uma rede de pensadores da arquitetura e do urbanismo, que já estão engajados nesses aspectos de forma dispersa.

## 1. O campo da Arquitetura e do Urbanismo, definição e reconstrução

A primeira questão é relativa ao campo da Arquitetura e do Urbanismo,<sup>3</sup> à definição de seus limites, responsabilidades e epistemologia como um campo do saber com seus aspectos científicos e artísticos inseparáveis. Assim, como se ensinam Artes Plásticas, Design, Literatura, Cinema, campos dotados de uma combinação específica que envolve arte e ciência, também o fazer arquitetônico e urbanístico possui suas particularidades.

Essas foram, desde a emergência da Academia na França do Iluminismo, sintetizadas em torno do exercício empírico de plano e projeto que representavam a operacionalização simulada dos conhecimentos de outras áreas como História e Teoria, Tecnologia e Construção e Desenho e Expressão. Os alunos e pretendentes a arquitetos treinavam ou se aparelhavam com os meios da história, da técnica e da expressão para a aplicação empírica na cadeira de projeto, em que esses ensinamentos eram operacionalizados e sintetizados. Interessante destacar que, nessa infância mais sistematizada do ensino de Arquitetura, os registros históricos assinalam uma certa autonomia da cadeira prática do projeto, que muitas vezes era operada por um profissional destacado e atuante, escolhido pelo livre arbítrio dos alunos, para formular o tema e o desenvolvimento do processo de Atêlier.<sup>4</sup> Essa estrutura denuncia e reforça o caráter não exclusivo, mas marcadamente subjetivo do aprendizado de plano e projeto, que marca essa infância da didática do nosso campo no século XVIII.

De certa forma, essa independência fez com que as reflexões mais sistemáticas ou científicas do nosso campo se restringissem às áreas da história, da técnica e da expressão, mantendo a disciplina da operação – plano e projeto – presa a uma subjetividade de difícil sistematização e complexidade. Aqui, parece adequado reafirmar o argumento já apresentado da impossibilidade de subdivisão entre sujeito e objeto no processo de conhecimento. Tal situação engendrou dentro da tendência geral de subdivisão do trabalho social e especialização geral um esquecimento do campo do plano e projeto. Acabando por aparecer hoje como mau limitado e impreciso particularmente no contexto da Academia e da sistematização geral por uma dificuldade inerente ao científico de se aproximar do subjetivo, presente no plano e no projeto. Duas operações ou ações conformadoras do campo, que são menos objetivas e mais subjetivas, envolvendo componentes auto biográficos de expressão, metodologias de abordagem, processos lúdicos de aproximação que se aproximam do fazer artístico. Prática na qual o conhecimento é construído a partir de aproximações empíricas continuadas, em que o teste e o lúdico operam no pressuposto de que o experimento é único, mas sua continuada repetição opera um desvendamento da auto-consciência. Esse aprender fazendo é repetido até obter-se uma segurança

3 No sistema da [Capes/APES](#) e CNPq, a [Arquitetura](#) e o [Urbanismo](#) são classificados como Sociologia Aplicada, uma categorização que afasta a [Arquitetura](#) e [Urbanismo](#) das [Artes](#), mas a vincula fortemente à ideologia e à política.

4 PEVSNER 2006, menciona a contratação dos profissionais atuantes como professores de projeto na Academia da França, emprestando esse caráter autônomo a disciplina de projeto de arquitetura, desde sua instituição como um ensino sistêmico.

prática formadora do profissional, no qual as Escolas de Arquitetura estão estruturadas em torno do plano e do projeto e, que são, a nosso ver, fundamentais para a sua compreensão integral.

Há uma dimensão auto biográfica nessas ações, que se afastam de uma visão demiúrgica do arquiteto como portador de um traço genial, sintetizador do problema, mas que envolvem a coordenação e a instigação do processo por vários agentes. Como já assinalado aqui, o plano e o projeto não são produtos prontos na prateleira, mas são processos de auto esclarecimento, pois qualquer cliente ou arquiteto não sabem exatamente aonde o processo os levará. Invariavelmente, todos os agentes ao iniciar o processo de projeto não sabem definir aonde chegarão, apesar da formulação do programa, dos objetivos, das limitações de orçamento, não sabem para onde serão levados, mas no processo aperfeiçoam suas demandas e suas definições num processo de auto esclarecimento conjunto. O reforço da unicidade e especificidade de cada fazer deve ser enfatizado para que o aluno ou profissional introyete essa procura por um saber compartilhado e construído conjuntamente. Esse tipo de desenvolvimento demanda que todos os agentes estejam horizontalmente habilitados a participar, nas suas diversas responsabilidades e expertises para poder expressar seus desejos e vontades.

O filósofo alemão Habermas (2014) fala na construção da vontade a partir de uma "*racionalidade intersubjetiva*", que seria um discurso além da personalidade e do personalismo, como se os agentes acessassem uma maioridade cidadã plena, a partir da discussão do seu vir-a-ser, reconhecendo em cada agente a possibilidade de expressão do interesse. Repare que há uma especial preocupação com as responsabilidades que precisam ser claramente distribuídas e que nos parece ser o verdadeiro descuido da Academia, que não consegue debater, discutir e definir a atribuição do arquiteto frente o cliente, a favela, o Estado, o governo, a empreiteira, os peões, os grupos de interesse e outros. Habermas (2014) também fala da impossibilidade de alcance da "*neutralidade axiológica*" tão cara a Academia, pois diz literalmente que não há conhecimento sem interesse. A neutralidade axiológica significa a dissociação entre fatos e valores, combatendo a ideia enfática do ente interpretativo que sintetiza interesses, desejos e valores que não só lhe pertencem.

Entretanto, se compreendermos sob esse ponto de vista os impulsos e afetos com os quais os homens se envolvem na conexão de interesses através de uma práxis incerta e contingente, então a teoria pura recebe também um novo sentido, que promete precisamente a purificação desses afetos: a contemplação desinteressada assume assim manifestamente o sentido da emancipação. A desvinculação entre conhecimento e interesse não deveria purificar a teoria das perturbações da subjetividade, mas inversamente, submeter o sujeito a uma purificação extática das paixões (HABERMAS, 2014, p. 185).

Importante salientar que a teoria para Habermas (2014), membro da Escola de Frankfurt de Filosofia, é a teoria crítica da cultura, da sociedade, do Estado, do governo, da comunidade, da favela, entendidas como construções humanas, perpassadas por desejos e interesses. De certa forma, é a manutenção daquela ligação platônica entre a pura teoria e a práxis, que o mundo contemporâneo foi se separando, impedindo a ligação entre conhecimento e esclarecimento, gerando, ao mesmo tempo, um conhecer alienado e uma teoria empostada. Seria como a religação entre a metodologia e a ontologia, que se reconecta pelo sujeito cognoscente, que é disciplinado pela expressão dos interesses, desejos e aspirações de todos, conformando um novo vir-a-ser da comunidade ou da favela.

## **2. A definição do cliente, da interlocução, do agente demandante**

A segunda questão a ser assinalada envolve o aspecto amplo da interlocução para quem se faz, se pensa e se autodetermina o plano ou projeto, que não se trata de um sujeito ou indivíduo isolado, no caso das áreas sub urbanizadas, nas quais sempre há operações do representado e do representante, uma vez que se trata de grupos sociais diferenciados, com relação aos seus desejos e interesses, dentro da qual está a complexa questão da concepção do Estado moderno, como representação da própria sociedade e que está implícita nela própria, quando legítima e democrática. Na visão dessa construção, não pode ser compreendida como a representação da vontade do coletivo, dos interesses gerais e do público, algo que soaria e parece ingênuo. O Estado é sempre a representação dos interesses de grupos sociais concretos que disputam as narrativas, os discursos e as ideologias e que possuem uma visão da favela, da cidade, dos arquitetos, dos empreiteiros, dos servidores públicos e outros agentes. No Programa Favela Bairro, no Renova São Paulo, nas mais diversas ações de urbanização pelo país, há uma concepção ideológica do projeto de cidade, notadamente nos governos municipais. Qualquer grupo que se articula no entorno de uma ideia explícita, uma determinada narrativa-ideologia que confere ou não protagonismo ao plano e ao projeto como ações distintas na sua definição e no tempo da própria cidade e não como se fossem atitudes discordantes, um mais concreto e palpável (projeto) e outro mais abstrato e longo (plano).

Uma atitude sintomática dos tempos contemporâneos, em que a incerteza parece ser celebrada como a grande agenciadora de negócios e transformações da lógica da hegemonia financeira. Nessa condição apressada, reflete-se uma certa ansiedade para se atingir uma outra urbanidade para a cidade, que envolve um compromisso maior com o tempo de curto prazo, assumindo incertezas com relação ao longo prazo. A celebração do novo planejamento estratégico envolve o declínio do plano moderno totalizante, comandado pelo Estado, transferindo essa responsabilidade para setores de pressão organizada da sociedade. Tal atitude, estava também profundamente articulada com a emergência do neoliberalismo nos anos 1990, que será abordado

adiante, e que também reafirmava de forma celebratória a autonomia da cidade, frente a políticas mais sistêmicas dos Estados Nacionais.

Mas desde o início, como Theodor W. Adorno e Max Horkheimer<sup>5</sup> também teorizaram que o racionalismo, era uma mentalidade imediatamente apropriada e transmitida pelo alcance crescente e totalizador do capitalismo. De fato, o capitalismo não era simplesmente um processo de acumulação, mas um entendimento científico da inovação contínua desse sistema, sua revolução incessante de produção, consumo e finanças ...Para Hardt e Negri <sup>6</sup>, o capitalismo atingiu um pico de desenvolvimento tal que não precisa mais de legitimidade nacional e se afirma como uma entidade imperial supranacional. No entanto, os mesmos meios que levaram a sua expansão precipitada - desenvolvimento tecnológico, trabalho "imaterial" ou pós-fordista e as técnicas subjogadoras do "biopoder" - também são as características de uma multidão dispersa que oferece uma forma de resistência política a essas entidades (AURELI, 2008, p. 7).

No Programa Favela-Bairro, que representa um efetivo paradigma no campo da urbanização de áreas precárias e desassistidas de infraestrutura, como as favelas e os loteamentos irregulares, percebe-se uma supremacia do projeto sobre o plano. Assim como outras ações implantadas durante a última década do século XX, que pareciam se adequar ao declínio do capitalismo fordista e keynesiano, celebrando uma certa insegurança. Sem dúvida, a conquista do governo municipal do Rio de Janeiro, no primeiro governo César Maia e no governo que o sucedeu de Luiz Paulo Conde, significou a operacionalização de um certo protagonismo do projeto e declínio do plano nas políticas públicas. Essas práticas, no entanto, não conseguiram convencer o conjunto da sociedade de sua relevância e importância para a ampliação da participação democrática na construção da cidade no seu *vir-a-ser*. Na verdade, o que cabe aqui destacar é a centralidade da importância do convencimento e da persuasão de práticas antecipadoras como o plano e o projeto são fundamentais em nossa contemporaneidade para a radicalização da nossa democracia. Persuasão e convencimento pelo plano e projeto de parcelas expressivas da população em geral no Brasil e nas suas cidades é do que mais precisamos para que se intensifique o sentimento de coesão social. Enfim, de uma participação num plano-projeto comum de cidade, em que ninguém deve ser deixado para trás, na qual sua espacialidade é pesquisada por essas atividades

5 Theodor W. Adorno e Max Horkheimer são também autores alinhados com a Escola de Frankfurt, assim como Jürgen Habermas, que o antecederam na construção da crítica cultural, típica dessa linha filosófica. Os dois autores criticaram fortemente a racionalidade sistêmica do capitalismo tardio, o que contrasta com as posições de Habermas, que de certa forma opera recuperando uma outra razão ligada ao debate e a construção inter subjetiva.

6 Michael Hardt e Antonio Negri são autores contemporâneos que criticam as novas formas de operar do capitalismo a partir dos conceitos de Império e Multidão.

antecipadoras, cooptando e multiplicando seus agentes, que acabam por se constituir como cidadãos nesse movimento.

Nesse sentido, a definição, delimitação e compreensão do interlocutor do plano e do projeto é fundamental para o sucesso e controle das operações de transformação espacial que as operações antecipadoras realizam. Grande parte do declínio do planejamento totalizante e sistêmico moderno advém de sua incapacidade de objetivamente identificar os agentes interessados na mudança. E, por um outro lado, a contínua ampliação de mega metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, geraram territórios abstratos, nos quais a identidade usuário-lugar se esgarçou pela segmentação e fragmentação. A reconstrução dessa noção de coletividade deve ser também pensada pelo plano-projeto contemporâneo de forma a oferecer estruturas concretas sistêmicas que ampliem essa consciência de participar dessas mega metrópoles. As infraestruturas metropolitanas, tais como transportes, coleta de mananciais de água, estruturas de preservação ambiental, coleta de lixo, dentre muitas outras, possuem um imenso potencial de confirmação de consciência metropolitana. Por isso, sempre no tratamento da parte deve se contemplar o atendimento do todo, que muitas vezes transcende a esfera da municipalidade, envolvendo o conjunto metropolitano. Daí também a importância da identificação-qualificação da interlocução interessada na gestão do plano-projeto.

Afinal, nos últimos anos parece que recuamos muito após esse momento da década de 1990, de protagonismo do projeto, retrocedendo a uma luta corporativa redutora e simplista entre Sociologia e Espaço, que nos parece uma perversão muito grande, como um anti-esclarecimento. O "*componente social*"<sup>7</sup> e de certa forma o orçamento, passaram a protagonistas por absoluta incapacidade nossa, de arquitetos e urbanistas, de delimitar nosso campo de forma mais precisa, pois parece fundamental reafirmar que, a partir das ações de plano e projeto é que será possível a ampliação e radicalização da democracia no que se refere a construção do nosso vir-a-ser, seja da metrópole, da cidade ou da comunidade. Sem o exercício da pré-figuração espacial, que o plano-projeto envolve, o desenvolvimento dos afetos da sociabilidade real e concreta acabam ficando represados, uma vez que a dimensão espacial, sua transformação e requalificação parece ser a dimensão mais concreta, em que a sociabilidade mais se engaja. Por isso, essa questão será aqui abordada como nossa terceira e próxima colocação do entendimento do plano-projeto, como uma forma específica de entender o real.

### 3. A questão espacial

A terceira questão é a espacial que, em tese, em nossa sociedade e, particularmente, no campo político, aparece muitas vezes sub valorada ou

---

<sup>7</sup> *Componente Social* passou a ser a denominação e a regulação da qualidade e intensidade da participação social nos projetos de urbanização de favelas, na terceira fase do PROAP-Rio, mencionado por CARVALHO 2020, que nas duas primeiras fases do Favela Bairro estavam subordinadas a coordenação dos escritórios de arquitetura.

diminuída frente às posições de cunho sociológico reducionistas. Expressões como *"estética da pobreza"* ou *"projeto como registro de um momento"* ou, ainda, *"críticas à ênfase dada por estas políticas às melhorias físicas em detrimento do desenvolvimento econômico e social"*,<sup>8</sup> parecem completamente equívocas, como se houvesse uma competição entre a morfologia urbana e a social, em que a espetacularização da primeira significaria um desdém pela segunda. Efetivamente, o campo da arquitetura e do urbanismo se envolveu numa espetacularização típica do neoliberalismo<sup>9</sup> que, nas últimas décadas, envolveu as operações de transformações em interesses meramente financeiros e de valorização fundiária, esquecendo-se da dinâmica real da vida. O sistema de publicações internacionais, vinculado a uma espetacularização geral do ofício a partir de figuras de profissionais notabilizados por empreendimentos especulativos e afastados das demandas dos mundos da vida, o aprisionamento do campo espacial por uma lógica do valor de troca, mais do que do valor de uso, é típica de nossa contemporaneidade e deve ser apontada e regulada a partir dos mecanismos de aprisionamento das valorizações desmedidas. A função social do direito da propriedade privada, tão duramente conquistada pela sociedade, deve ser operacionalizada também nas áreas precárias e desassistidas, que recebem benfeitorias, gerenciando o espaço de forma a gerar inclusão.

Os instrumentos de leitura da espacialidade da cidade ou a respeito da gênese da forma no plano e no projeto constituídos em trabalhos tais como os de Christopher Alexander (1981), Kevin Lynch (1997), Aldo Rossi (2001), Afonso Corona Martinez (2000), Carlos Nelson dos Santos (1988), Rodrigo Lefèvre (1979), Sérgio Ferro (1979), Vittorio Aurelli (2013), Pedro Fiori Arantes (2012), dentre outros, nos mostram a fenomenologia do projeto, como também arquitetos atuantes que se dedicam a explicitar seu pensamento teórico e metodológico, tais como: Lucio Costa, Frederico de Holanda, Hector Viglieca, Zeca Brandão, Vinicius Andrade, dentre outros, nos mostram a epistemologia do plano-projeto como uma ação ao mesmo tempo sistêmica e artística. Apenas a respeito do tema do sistema viário, pode-se pensar em mudanças, tais que alcancem sua legibilidade geral e ampla, rompendo com as pré-existências enraizadas. O Programa Morar Carioca, que sucedeu ao Favela-Bairro, no município do Rio de Janeiro, pensava e refletia a questão das pré-existências, contrapostas a gestos integradores gerais, refletindo que os traçados das comunidades deveriam ter como premissa a manipulação da legibilidade geral e ampla. O que se configura aqui não é o registro de uma celebração tão veemente das pré-existências da favela, como elementos de celebração identitária a ser mantidos a qualquer custo, mas a identificação desses elementos como um conflito que devemos cotejar dentro da própria episteme do projeto, como uma decisão consciente, explicitada pelo desenho e pelas suas antecipações.

A questão, dada a sua complexidade, participa daquilo que deve ser considerado como a particularidade de cada local, sendo, portanto, um aspecto a ser

8 As expressões constam em CARVALHO 2020

9 JAMESON 2001 p.173 e ARANTES 2012 mencionam uma certa inconsistência da imagem e sua correspondente espetacularização, a partir da velocidade dos movimentos especulativos da hegemonia financeira do nosso tempo.

esclarecido pelo próprio processo de pensar o vir-a-ser da estrutura das vias. Um conceito da cultura arquitetônica culta, como a legibilidade de Lynch (1997), deve ser oferecido às comunidades precárias, não pela imposição, mas para o debate esclarecedor. Embora reconheça, que algumas identidades pré-existentes possam ter sido violadas por alguns projetos insensíveis, e essa elegibilidade seja das mais importantes e um critério para reconhecimento da qualidade da intervenção. Enfim, aqui nesse entendimento, o conceito desenvolvido por Kevin Lynch (1997), no livro *A Imagem da Cidade*, que se refere a "legibilidade" é um valor universal, muito além das políticas atuais de reforço das identidades, do tipo; comunidade, favelas etc.

[...] a hierarquização do tecido urbano, a circulação coerente com o transporte público, a localização das centralidades e a geografia, sempre subjacente ao solo urbanizado, formam um quarteto de reflexão, conjunto chave para estabelecer uma condição básica de inclusão física. Legibilidade significa precisamente a possibilidade de o indivíduo estabelecer mentalmente o mapa de sua localização no território. O reconhecimento dessa leitura contribui na reconstrução da cidadania, favorecendo a apropriação e a incorporação social e estabelecendo o sentido de lugar" (VIGLIECCA *apud* CARVALHO, 2020, p. 94).

[...]

Mas qual a largura ideal do sistema viário nas favelas para que se estabeleçam estas relações? Estariam os escopos dos programas de urbanização de favelas imbuídos em orientar projetos desta natureza? As orientações contidas nos escopos parecem indicar, como veremos no capítulo 2, ao contrário da ideia defendida por Vigliecca acima, o equilíbrio entre a preservação da morfologia típica das favelas, que trouxe identidade a estes territórios, e a dotação de melhorias urbanas que não pressupõem a reestruturação do tecido urbano da favela... Projeto é ainda o registro de um momento, um documento que marca um tempo específico, como se congelasse o contexto estudado para a representação de um futuro desejado (CARVALHO, 2020, p. 44-61).

Ao final, parece que a questão espacial da cidade no Brasil é a dimensão mais concreta da lógica da super exploração e exclusão existente na sociedade brasileira como conceitos de classe, estamento ou até grupos sociais que são abstratos e difíceis de ser compreendidos pelo conjunto de nossa população. A constituição física de nossa urbanidade é concreta e palpável. A espacialidade das cidades brasileiras é a dimensão mais concreta do plano e projeto de nossas elites para segregar e não incluir parcelas significativas da nossa população. Essa condição é perfeitamente compreensível pelo conjunto de nossa população e não

deve ser recalçada nos debates inerentes ao plano-projeto. Então, a importância da elaboração de projetos contra hegemônicos, como os de urbanização de favelas ou loteamentos irregulares que pretendem mudar a inércia de desenvolvimento da cidade brasileira. Se nos restringirmos ao exemplo do mercado imobiliário, percebemos que 30% de nossa população não acessa a produção habitacional, tendo de autoconstruir sua própria habitação.

Se cotejamos os investimentos e a leitura empírica da presença de infraestruturas, percebemos, por exemplo, o desnível existente entre áreas como São Gonçalo, na cidade metropolitana do Rio de Janeiro, e os bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, onde o acabamento da cidade é visível. Se abordamos os sistemas de mobilidade urbana, percebemos o mesmo projeto perverso de exclusão da imensa maioria de nossa população, condenada a perder seu tempo de vida em deslocamentos pendulares intermináveis. A espetacularização das intervenções urbanísticas e arquitetônicas que nortearam projetos de requalificação ao longo do mundo, nos anos 1990 e na primeira década do século XXI, comandadas pelo capital especulativo financeiro não são análogas às integrações do Favela-Bairro ou dos projetos de urbanização de favelas no terceiro mundo. A exposição na Bienal de Veneza no Pavilhão do Brasil em 2002, das diversas experiências no país, que incluíram Parque Royal e o Complexo do Sapê, e que ganharam o nome pomposo de *Favelas up grading*,<sup>10</sup> são simbolicamente importantes e desmontam anos de indiferença do nosso campo a essas atuações, não podendo ser qualificadas como estetização da pobreza.

#### 4. A especificidade cultural e o cosmopolitismo genérico; o local e o global

Uma quarta questão emerge a partir desse debate geral: a precariedade e a subalternidade celebradas como valores de especificidade cultural e impossibilidade de integração ao controle do nosso Estado ou da nossa Constituição Federal, relegando imensas parcelas da nossa população a uma celebração da marginalidade, num conceito denominado "*lógica da favela*"<sup>11</sup>. Sem dúvida, o projeto de país e nação hegemônico envolve esse represamento a essa acessibilidade de amplas parcelas da nossa população à urbanidade. Por outro lado, isso não será alcançado apenas com os projetos de urbanização de favelas que, apesar de realizados, não removem o estigma presentes nas concessionárias, na manutenção da urbanidade, na atitude geral e no dia a dia. No entanto, a proposta não deve reforçar a identidade comunitária, frente uma identidade societária mais geral, como duas dimensões que não se aproximam. Os termos sociedade e comunidade expressam de maneira emblemática essa contradição em nossa língua, apontando como o discurso sistêmico da

<sup>10</sup> *Favelas Up Grading* é o nome dado a Exposição de Arquitetura da Bienal de Arquitetura de Veneza em 2002, que teve como curadora a arquiteta Elizabeth França, na qual uma série de projetos de urbanização de favelas foram mostrados, inclusive Parque Royal e Complexo do Sapê dos escritórios Archi 5 arquitetos associados.

<sup>11</sup> Termo usado por CARVALHO 2020, que denota uma especificidade cultural que bloqueia as possibilidades de diálogo entre discursos, relegando subalternos a não participação efetiva. Numa lógica redutora da sociologia aplicada.

macroescala, do conjunto totalizante vem sendo enfraquecido frente a lógica local, da identidade específica da micro escala e do localismo. A crise da modernidade identificada por vários autores é, certamente, a força motriz dessa tendência, que claramente privilegia o local, frente a lógicas globais estruturantes, que, no entanto, seguem operando e determinando perversões e dominações. Uma proposição de uma identidade planetária, como o conceito de *Multidão* de Hardt e Negri, ou a reconstrução do *Comum* de Dardot e Laval aparecem, aqui, como antídoto:

A privatização e a mercantilização dos elementos vitais para a humanidade e para o planeta estão mais fortes do que nunca. Depois da exploração dos recursos naturais e do trabalho humano, esse processo se acelera e se estende ao conhecimento, à cultura, à saúde, à educação, às comunicações, ao patrimônio genético, aos seres vivos e a suas modificações. O bem estar de todos e a preservação da Terra são sacrificados pelo lucro financeiro de uns poucos. As consequências desse processo são nefastas. Elas são visíveis e notórias: sofrimento e morte dos que não têm acesso a tratamentos patenteados e são negligenciados pelas pesquisas voltadas para o lucro comercial, destruição do meio ambiente e da biodiversidade, aquecimento climático, dependência alimentar dos habitantes dos países pobres, empobrecimento da diversidade cultural, redução do acesso ao conhecimento e à educação em razão do estabelecimento do sistema de propriedade intelectual sobre o conhecimento, impacto nefasto da cultura consumista (FSM Belém *apud* DARDOT; LAVAL, 2017, p. 117)

Além disso, o cosmopolitismo kantiano segue sendo um verdadeiro antídoto a essa posição, que parece excessivamente contaminada pelas políticas identitárias e são hegemônicas em nossa contemporaneidade. É interessante notar que o filósofo Immanuel Kant nunca saiu de sua cidade natal Königsberg, na antiga Prússia, atual Rússia, mas declarava a importância da construção de laços de identidade entre os diferentes povos, culturas e civilizações. Via essa identidade cosmopolita como didática, na domesticação das dominações, trazendo-nos ao aperfeiçoamento, pelo convívio da diferença. É claro que a conceituação hoje, também amplamente compartilhada, que envolve a ideia de "*Sul Global*", também abarca essa questão, a qual também deve-se cotejar, principalmente frente um eurocentrismo dominante. A questão parece muito mais vinculada a um gradiente correto, em que as identidades local e global precisam e devem ser dosadas para romper a dominação. Sem dúvida, há uma potência nas favelas, na sua resposta a ausência de uma política habitacional estruturada, por parte de nosso Estado. No entanto, a precariedade e a subalternidade não devem ser consideradas como independentes da lógica do desenvolvimento perverso brasileiro, mas devem ser colocadas diante da absoluta necessidade de construção de um projeto contra hegemônico para o país mais inclusivo e, por fim, uma construção de uma identidade mais geral e

planetária, que reúna os despossuídos urbanos, que permanecem sendo a maioria em nossa contemporaneidade. A integração das nossas imensas metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, em suas diversidades e complexidades, representam de forma emblemática o cosmopolitismo kantiano, que deve ser pensado e debatido a partir do plano-projeto.

## 5. O neoliberalismo

Uma quinta questão que emerge de toda essa reflexão é a necessidade de um claro posicionamento, ainda que breve, sobre o **neoliberalismo** e suas consequências para a estruturação do Estado, da Sociedade Civil, dos escritórios de arquitetura, dos funcionários públicos, do papel do plano e do projeto, uma vez que, no período dos anos 1990, a nossa contemporaneidade, que envolve uma absoluta hegemonia dessa forma de estruturar o nosso pensar. Frente à recorrência de um endemonizamento do Estado em contraposição a uma celebração da Empresa privada, estão os manifestos que seguem operando sem abalos, apesar das constantes crises e solavancos, a que o sistema nos condena. Nesse sentido, a partir da pandemia do Covid-19, que agora nos assola, parece emergir um outro discurso ou narrativa, em que a estruturação das ações humanas parece ganhar argumentos que declinam da ordem competitiva, passando a celebrar uma maior solidariedade. O momento parece cobrar vigilância e a defesa de uma narrativa de contribuição e solidariedade, que nos mostre de forma clara o papel do interesse comum. Nada está garantido, e, é claro aqui o risco de um otimismo generalizado, pois nossa própria história demonstra como as crises vem enfatizando as formas de funcionamento do neoliberalismo, portanto aguardemos vigilantes os desdobramentos.

Este é o ponto principal da questão: como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? Como é que, há mais de trinta anos, essas mesmas políticas vêm se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para colocá-las em cheque? [...] A sociedade neoliberal em que vivemos é fruto de um processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros; os elementos que a compõem reuniram-se pouco a pouco, interagindo uns com os outros, fortalecendo uns aos outros... Na concepção marxista o capitalismo é, antes de tudo, um modo de produção econômico que, como tal, é independente do direito e gera a ordem jurídico-política de que necessita a cada estágio de seu autodesenvolvimento... O inconsciente dos economistas, como diz Foucault, que é na verdade o inconsciente de todo economicismo, seja liberal, seja

marxista, é precisamente a instituição, e é justamente a instituição que o neoliberalismo, em particular em sua versão ordoliberal<sup>12</sup>, quer reconduzir a uma posição determinante (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15-25).

Por fim, não proclamemos vitória de antemão, pois o sistema vem demonstrando uma enorme capacidade de renovação inusitada, justamente a partir das crises mais dramáticas. Afinal, a crise de 2008, que parecia colocar em xeque a hegemonia do capital financeiro e especulativo, representou seu fortalecimento, apesar da ampliação sem precedentes da concentração de renda. Parece, então, que a abordagem crítica do neoliberalismo só será possível na medida em que a ordem concorrencial seja questionada pela solidariedade. E o *Comum*,<sup>13</sup> que sempre existiu e sempre existirá, deve resistir ao seu cercamento, principalmente no que se refere aos recursos ecológicos e esgotáveis do planeta, que já sinalizam uma outra crise ambiental sem precedentes.

## 6. A questão da escala, localismo e globalismo

Uma sexta questão já abordada, mas de suma importância, deve ser mais bem explicitada. Ela se refere ao **localismo e ao pensamento sistêmico** nos programas de urbanização de favelas sob uma ótica mais geral das cidades como um todo. Essa questão, como já mencionado, deve ser abordada a partir do Cosmopolitismo Kantiano e pode ser problematizada de maneira emblemática, pela menção ao caso de Medellín, na Colômbia, que deve ser celebrado. A superação alcançada pela metrópole colombiana veio da maior articulação entre urbanização de favelas e interesses, operações, planos e projetos gerais da metrópole e da sociedade como um todo. A referência e o suporte aos problemas e fragilidades de nossas mega metrópoles é fundamental para construção de um plano-projeto que inclua todos dessa escala, que é a mesma do global ou do sul global. Parece fundamental registrar que um dos motivos maiores do sucesso da política do Favela-Bairro tenha sido justamente a escala de sua operação, que, na verdade, atuou sobre todo o território do município, de maneira a sinalizar que todo assentamento urbanizável deveria ser enfrentado e que trouxe a mensagem clara e territorialmente expressa de forma transparente de que o projeto era para todos e incluía seus diferentes espaços e especificidades.

Toda cidade é resultado do trabalho e da fantasia dos homens ao longo do tempo. Os espaços são construções coletivas: todos participaram, e participam, de algum modo de sua urdidura. Consolidar uma vida urbana orientada pela

12 Ordoliberais corrente do neoliberalismo nascida na Alemanha, que sempre deu ênfase a ordem constitucional e procedural. Segundo os mesmos autores citados; "Duas grandes correntes vão se esboçar a partir do Colóquio Walter Lippmann, 1938: a corrente do ordoliberalismo alemão, representada por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e a corrente austro-americana representada por Ludwig von Mises e Friedrich A Hayek." DARDOT e LAVAL 2016 P. 33

13 O *Comum* é o conceito utilizado por Dardot e Laval (2017) para denominar os patrimônios compartilhados de forma conjunta que o capitalismo possui uma certa dificuldade de cercar e privatizar, como os oceanos, as reservas naturais, a água, o patrimônio construído etc.

equidade e pela inclusão das diferenças é, portanto, um empreendimento amplo, que tem de envolver obrigatoriamente os governos, as instituições e a sociedade civil (CONDE; MAGALHÃES, 2004, p. 38).

Por fim, a escala da metrópole possui uma profunda identidade com a mesma da escala do global ou do sul global e, na busca da equidade, está presente o Cosmopolitismo Kantiano das diversidades de identidades. Afinal, a identidade pode ser a pluralidade de formas de vida, presentes nessas megacidades de forma expressiva.

## 7. Presença do Positivismo Filosófico

Por último, a questão da presença de um certo **Positivismo Filosófico**, que se resguarda de fazer política, pois perderia sua precisão científica, uma constante em nossas bancas acadêmicas. Há um profundo vínculo no Brasil entre Academia e Positivismo, no que diz respeito a sua abordagem da ciência como algo independente da compreensão e do conhecimento socialmente compartilhado. As arguições que identificam reflexões, dissertações e teses, como "*teses militantes*" diz muito sobre essa questão, pois qualquer engajamento é percebido como um declínio do cientificismo. Aqui, o discurso deve ser o de vigília sobre essa questão, evitando sempre a simplificação ideológica reducionista, mas as reflexões não podem excluir o sujeito pensante que, na verdade, é uma máxima também do filósofo alemão já mencionado, Immanuel Kant. A impessoalidade da reflexão científica é uma abstração na verdade inalcançável, principalmente para o campo do plano-projeto. A reclusão positivista vem condenando o ambiente acadêmico a um isolamento apolíneo da ciência que, na verdade, nos afasta dos temas relevantes para amplas parcelas da população. No campo do gerenciamento do espaço, que envolve a política e a disputa dos discursos pelo convencimento de todos, é também um ponto de grande complexidade, ligado à aglutinação de mentalidades em torno a planos projetos de transformação.

Na cidade do Rio de Janeiro, o momento emblemático da confrontação entre ciência e política pode ser identificado na chamada Revolta da Vacina, em 1906, com as Reformas de Pereira Passos, que foram o embrião da geração da primeira de nossas favelas e envolvia um pseudo-embate entre ciência e manifestações políticas. O livro de Benchimol (1992), Pereira Passos, um Hausmann Tropical, menciona uma série de historiadores que discordam dessa denominação (Revolta da Vacina), que parece tratar de um outro tipo de rebelião contra a exclusão recorrente de parcelas significativas de nossa população. Conforme já mencionado, plano e projeto de nossas elites, nunca procuraram incluir o conjunto de nossa população, pois não se apresentava como compreensível para ela mesma. A realidade é que, em 1906, com a recente implantação da república e as profundas mudanças na cidade do Rio de Janeiro,

com seu marcado acento higienista, havia uma forte vertente de exclusão e desenho da cidade para poucos. A Paris nos trópicos, como ficaria conhecida as reformas de Pereira Passos na cidade, tinham uma vertente excludente e elitista, travestida de cientificismo e higienismo.

Havia uma clara vertente autoritária baseada na ciência médica e na salubridade, que se hegemonizava frente a outras narrativas, típica do Positivismo de Auguste Conte. É claro também, que não se trata de corroborar com um anti-cientificismo igualmente limitado e redutor, nem com um relativismo paralisante, mas de uma premissa fundamental de inclusão e promoção de coesão social, possíveis pelo projeto e pela política (MOREIRA, 2020).

O engenheiro é o grande sacerdote e intérprete da natureza. O engenheiro, sempre em contato com a natureza, conhecedor de seu caráter, do seu hábito, chegou pela aplicação de sua força intelectual, a vencê-la e dominar sua força bruta, desviando, corrigindo, dominando sua força bruta, desviando, corrigindo, dominando essa força para servi-lo. A engenharia pode fazer tudo isto; dominando a superfície e as entranhas da terra, as ondas e o fundo dos mares e acaba de transpor os domínios da águia e da andorinha veloz (BRITO *apud* MOREIRA, 2010, p. 47).

O eixo central da avenida foi inaugurado em 7 de setembro de 1904, em meio a grandes festas, já com serviço de bondes e iluminação elétrica. A derrubada de cerca de 640 prédios rasgava, através da parte mais habitada da cidade, um corredor que ia da prainha ao Passeio Público. Parte dos escombros ainda cobria os lados da avenida, facilitando seu uso para as barricadas. A inauguração se dava diante de um cenário de guerra e de terra arrasada, pouco convincente do ponto de vista celebratório, imagético e simbólico... A demolição dos velhos casarões, àquela altura já quase todos transformados em pensões e cortiços, provocou uma crise de habitação que elevou os aluguéis e pressionou as classes populares para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade. A implantação da modernidade no Brasil parecia querer excluir parcelas importantes da sua população, que assim como hoje se sustentam por pequenos biscates e não possuem vínculos fixos de trabalho<sup>14</sup>. A modernidade assumia um caráter parcial e não era disponibilizada para todos, combinando aquilo que será a face perversa de nossa modernização incompleta e

---

<sup>14</sup> É conhecido o fato, e de certa forma folclorizado, de que parte desse precariado começou a criar ratos para conseguir prover seu sustento, uma vez que Oswaldo Cruz instituiu uma remuneração em dinheiro para quem os entregasse aos Serviços Sanitários da Capital Federal, no seu combate a Peste Bulbônica.

combinada, que sempre manteve o arcaico, para dele se beneficiar e super explorar (MOREIRA, 2020).

Parece fundamental compreender, que uma das formas de operar do discurso da ciência é atingir e conquistar a linguagem comum, dos mundos da vida fazendo-se presente no cotidiano e na práxis do dia a dia, usando da estratégia da persuasão e do convencimento, e não da imposição autocrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**P**ara finalizar, não podemos deixar de registrar nossa discordância com relação à celebração de uma tese compartilhada hoje no Brasil da **especificidade do projeto em favela**, pois acredito que não haja projeto genérico, cada experiência projetual é única e precisa ter como premissa a valorização dessa mesma condição. Como já afirmado, não há plano-projeto pronto na prateleira, mas, sim, processo fundante de conclusões inusitadas e sempre novas, que não podem ser governadas pelo cientificismo desinteressado ou pelo positivismo simplificador. Os termos de referência, editais e escopos, seguem tentando nivelar essa experiência que, na verdade, precisa ter sua remuneração modulada e regulada pelo seu próprio desenvolvimento particular e específico. É claro, também, que, diante da dinâmica da autoconstrução presente nas favelas, o projeto precisa declinar do rigor da precisão de suas pré-definições, operando a partir de tendências, deixando se contaminar pela imprecisão do plano e pela gestão direta do canteiro de obras. Mantendo uma etapa privilegiada e inacessível à Academia, que todo projeto deve contemplar, seria a de acompanhamento de obra, em que as adequações e compatibilizações são realmente realizadas. Consideramos, ainda, que o ensino de Arquitetura não deva pautar por suas temáticas apenas, tais como favelas, restauro, edificações de saúde e outros, mas, sim, pela compreensão da essência do que significa o ato de planejar e projetar. Ao final, uma forma de compreender e interagir com o real, que abarca ao mesmo tempo uma generalidade de método e uma particularidade da razão, de cada caso, reconhecendo essas especificidades, mas não tergiversando com relação ao que significa planejar e projetar, atividades humanas essenciais de grande complexidade, que podem nos levar a uma maioria cidadã, a uma compreensão identitária. Nesse sentido, o texto de Gramsci (1999) esclarece sobre a forma de raciocínio do plano-projeto, que se afasta do dogmatismo e enfrenta as inevitáveis surpresas inesperadas, que são disparadas pelo processo, que não se furta ao romantismo e à utopia.

[...] a filosofia da práxis, por um lado, destrói e ridiculariza todos os conceitos estaticamente unitários, por outro mantém um comportamento sempre crítico, e nunca dogmático, um comportamento em certo sentido romântico, mas de um romantismo que, conscientemente, procura seu

caráter clássico. Portanto, como filosofia que se sabe expressão ideológica, de uma sociedade atravessada de contrastes... O filósofo atual pode afirmar isto, sem poder ir mais além; de fato, ele não pode se evadir do terreno atual das contradições, não pode afirmar, a não ser genericamente, um mundo sem contradições, sem com isso criar imediatamente uma utopia (GRAMSCI, 1999, p. 187).

O plano e o projeto são práticas incertas e contingentes, que conectam interesses e desejos, purificando subjetividades pela empatia que se generaliza. Na verdade, há, nas ações de plano e projeto, quando comandadas como práxis incertas e contingentes, exatamente o potencial de efetiva realização de um aprofundamento da democracia e alcance da maioria por parte da cidade, das favelas e de seus agentes. Afinal, projetar e planejar são ações intrinsecamente humanas e, portanto, mobilizadora de racionalidade e afetividade entre seus produtores no sentido do compartilhamento de um objetivo comum. Por fim, consideramos que essas formulações foram suscitadas pela profundidade do tema, do plano-projeto em favelas e áreas de loteamento irregular, nos quais precisamos vencer a abordagem isolada que a Academia apresenta.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. F. **Arquitetura na Era Digital-Financeira**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- AURELI, V. **The Project of Autonomy: politics and architecture within and against Capitalism**. Nova York: Princeton Architectural Press, 2008.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Hausmann tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- CONDE, L. P.; MAGALHÃES, S. **Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Viverevidas, 2004.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo, ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- FERRO, S. **O Canteiro e o Desenho**. São Paulo: Editora Projeto, 1979.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum, ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

- HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como "ideologia"**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CARVALHO, S. **Entre a Ideia e o Resultado: o papel do projeto no processo de urbanização de uma favela**. 2020. Tese (Doutorado em Urbanismo)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
- JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- KOURY, A. P. (org.). **Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento, textos de Rodrigo Lefèvre**. São Paulo: Edusp, 2019.
- KROFF, C. **Integração Favela-Cidade Oficial: reflexões mais de duas décadas após o programa Favela-Bairro em Parque Royal, na cidade do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MERQUIOR, J. G. **Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim: ensaio crítico sobre a escola neohegeliana de Frankfurt**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- MOREIRA, P. da L. **Cidade, moradia, salubridade, consciência, narrativas e pandemia do Covid-19**. Disponível em: <https://arquiteturacidadeprojeto.blogspot.com/>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- MOREIRA, P. da L. **Projeto, Ideologia e Hegemonia: em busca de um conceito operativo para a cidade brasileira**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- MOREIRA, F. D. **Saturnino de Brito e o plano de saneamento de Recife**. Recife: Nectar, 2010.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. Brasília: Cortez, 2000.
- PEVSNER, N. **Academias da Arte, passado e presente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PLATÃO. **O Mito da Caverna**. São Paulo: Le Books, 2019.
- SANTOS, C. N. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Editora EDUFF; Projetos Editores, 1988.